



ACUT, demais centrais sindicais, e movimentos populares que compõem as frentes Brasil Popular e Povo sem Medo estão convocando a população para as manifestações de amanhã, 03 de julho, que ocorrerão em todo o país para protestar contra as mais de 500 mil mortes, para exigir auxílio emergencial de R\$ 600,00, vacina no braço para todos e dizer não à PEC 32 (reforma administrativa) que irá acabar com os serviços públicos.

Para o presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Maranhão – Sindsep/MA, Raimundo Pereira, depois das recentes descobertas da CPI da COVID, instalada pelo Senado, a situação do governo Bolsonaro está cada dia mais insustentável e o fim do governo depende apenas da organização popular.

“Essa é mais uma oportunidade de mostrarmos ao Congresso Nacional que a população não aguenta mais esse

governo genocida, corrupto, incompetente e que quer destruir os serviços públicos. Só assim o presidente da Câmara, Arthur Lira analisará os pedidos de impeachment contra Bolsonaro” disse Raimundo Pereira, presidente do Sindsep/MA.

Em São Luís a concentração acontecerá na Praça Deodoro a partir das 8 horas, para depois seguir em caminhada até a Praça Maria Aragão. A expectativa é de reunir milhares de pessoas entre estudantes, trabalhadores e militantes dos movimentos sociais e sindicais.

Por conta ainda dos riscos de contaminação pelo coronavírus, os organizadores lembram da necessidade de manter o distanciamento social, a obrigatoriedade do uso de máscaras e álcool em gel. Manoel Lages, presidente da CUT Maranhão chamou a atenção para o alto número de infecções que ainda estão ocorrendo em São Luís, mas destacou a importância das manifestações e pediu muito

cuidado aqueles que irão participar dos Atos públicos.

“Precisamos ocupar as ruas para nos livrar desse governo genocida de Bolsonaro e garantir vacina para todos, auxílio emergencial de R\$600 e impedir essa reforma administrativa que tem o objetivo de acabar com os serviços públicos, mas não podemos esquecer de nos proteger contra o vírus. Vamos todos de máscaras, mantendo o distanciamento e usando álcool em gel”, reafirmou o presidente da CUT estadual, Manoel Lages Filho.





Corrupção citada por Mourão será institucionalizada com PEC 32 que seu governo propõe

Tentando afastar a possibilidade de um impeachment de Jair Bolsonaro, impulsionado nos últimos dias pelas denúncias feitas por um servidor do Ministério da Saúde que repercutem na CPI da Covid no Senado, o vice-presidente Hamilton Mourão usou a ideia de que o ministério "sempre foi um lugar onde a corrupção andou". A declaração trouxe revolta a servidores concursados de carreira que podem ser punidos com exoneração caso adotem conduta irregular no exercício de suas funções. O secretário-geral da Condsef/Fenadsef, Sérgio Ronaldo da Silva, chamou a fala do vice-presidente de afronta ao conjunto do funcionalismo.

"O grande curso de corrupção na estrutura da administração pública tem se dado na sua totalidade por cargos comissionados, indicados políticos e gestores irresponsáveis", pontuou. Mourão omitiu que a corrupção citada por ele poderá ser institucionalizada e se tornar prática corriqueira com a proposta de reforma Administrativa que o governo Bolsonaro quer impor ao Brasil com a aprovação da PEC 32/20.

O diretor do departamento de Logística que foi exonerado nessa quarta-feira, 30, era um apadrinhado de Ricardo Barros, ambos citados em denúncias sobre propina envolvendo a compra de vacinas para a Covid-19. Questionado sobre a indicação ter sido feita já no governo Bolsonaro, Mourão disse que 'não tinha conhecimento de esquemas que pudessem estar em curso no



Ministério da Saúde'. "A situação veio através de uma denúncia de servidor concursado que tem direito a estabilidade justamente para que proteja os interesses da população brasileira e não de terceiros interessados em lucrar com a vida do povo", destacou o secretário-geral da Condsef/Fenadsef. O fim da estabilidade de serviços públicos é mais uma das graves ameaças contidas na reforma Administrativa.

Reforma para projeto autoritário

Em coluna recente publicada pelo jornal O Globo, a jornalista Miriam Leitão comentou a possibilidade de aumento de cargos de livre nomeação de 6 mil para 90 mil. Tudo isso não com o objetivo de economizar recursos, já que o próprio texto da PEC 32 deixa claro que não haverá impacto fiscal, orçamentário ou financeiro. Em sua coluna o que Miriam Leitão observa é que a reforma Administrativa é "mais uma das propostas do governo Bolsonaro que serve a seu projeto de poder, que todos sabemos, é autoritário".

3 de julho com servidores nas ruas

Para frear esse projeto de governo autoritário que propõe o desmonte dos serviços públicos com a PEC 32, a Condsef/Fenadsef e suas entidades filiadas vão estar com as centrais sindicais, incluindo a CUT, e milhares de representantes de sindicatos, movimentos sociais e a sociedade civil organizada em mais um ato pelo #ForaBolsonaro. Em todo o Brasil já estão confirmadas dezenas de atividades que acontecem mais uma vez nas ruas e nas redes e já levou milhares de brasileiros a manifestações.

"Vamos mais uma vez para as ruas, tomando todos os cuidados que essa pandemia ainda nos exige, pois não estamos todos devidamente vacinados, mas vamos lutar por vacina no braço, comida no prato e serviços públicos para toda a população", citou Sérgio. "Nas ruas e nas redes, vamos juntos frear esse governo genocida diretamente responsável por quase 520 mil mortes de brasileiros e brasileiras", reforçou.

Condsef/Fenadsef